

1
2 **ATA DA 401ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO**
3 **AMBIENTE - CEPRAM**

4 No dia 26 de julho de 2019, no auditório da Secretaria de Desenvolvimento
5 Econômico - SDE, ocorreu a 401ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio
6 Ambiente –CEPRAM Estiveram presentes os conselheiros abaixo listados, além de
7 convidados. À pauta constaram os seguintes itens: 1. Aprovação da minuta da ata
8 da 399ª Reunião Ordinária, realizada no dia 29/03/2019; 2. Apresentação de
9 processo adiado na 400ª Reunião Ordinária do CEPRAM, bem como dos processos
10 apreciados nas 30ª e 31ª Reuniões Ordinárias da CT Recursal, realizadas em
11 09/11/2018 e 15/03/2019, respectivamente; 3. Informes; 4. O que ocorrer. Márcia
12 Telles - Inema pediu desculpas pelo atraso, pois estava na missa em homenagem
13 ao dia dos motoristas, que foi ontem e como todos os anos é realizada uma missa.
14 Iniciou a reunião após a verificação do *quórum*, informando que hoje vai ser um dia
15 diferenciado, pois vai sentir a falta da querida Mariana Mascarenhas, mas ela está
16 bem, e ao mesmo tempo hoje será apresentada Miriã que é a nova coordenadora da
17 Secex.

18 Miriã Caetano da Silva – Secex cumprimentou a todos e informou que foi convidada
19 a colaborar com a equipe da Sema na Secex. Pontuou que é servidora pública
20 aposentada, mas não consegue tirar o pé da área pública, pois foi aonde se
21 constituiu enquanto profissional. Formada em direito e sempre trabalhando com
22 processos em direito público e administrativo área que sempre atuou. Informou que
23 é quadro aposentada do município de Camaçari onde não só atuou na área jurídica
24 como também é filha do município. Pontuou que veio para o Estado no ano de 2007,
25 a convite da então Secretária de Justiça e Direitos Humanos Marília Murici, onde
26 trabalhou durante 08 anos, posteriormente trabalhou por três anos na Secretaria de
27 Turismo na Assessoria Técnico Jurídica onde conheceu o secretário João Carlos
28 que fez esse convite. O secretário convidou a partir do conhecimento e do contato
29 recente com o trabalho de Mariana, ele percebeu que teria perfil para assumir a
30 Secex. Disse que quando viu que era Secretaria executiva dos conselhos, informou
31 que já havia trabalhado no assessoramento jurídico de conselhos na Secretaria de
32 Justiça e direitos Humanos na época e assessor é secretariar, é estar disponível
33 dando apoio e suporte para que as coisas aconteçam e por isso se encaixa no

65 Marília Gavazza – Secex explicou que as atas devem se aprovadas na próxima
66 reunião, informou que anteriormente, tinha uma empresa que fazia a transcrição das
67 atas e Mariana e a Secex, apenas fazia os ajustes e revisões necessárias, porém
68 não tem mais essa empresa e não conseguiu-se outra para fazer esse tipo de
69 trabalho. Por conta disso, essa demanda estava concentrada na Secex em Mariana,
70 nela e em Jô que atualmente passou a fazer essas transcrições e como houve uma
71 redução da equipe e ainda está em fase de reestruturação do setor as atas estão
72 atrasadas, porém esclareceu que as atas estão transcritas, mas faltando correção e
73 ajustes e posteriormente serão encaminhadas. Diante disso, solicitou a
74 compreensão de todos e vai se resolvido isso aos poucos.

75 Márcia Telles – Inema informou que referente ao decreto, tem total pertinência o que
76 foi dito, o governo identificou algumas necessidades de alterações em função das
77 secretarias, mas precisa ser publicado e vai ser feito uma gestão efetiva na Casa
78 Civil que é onde se encontra e de qualquer maneira o decreto será publicado
79 retroativamente a data da Posse.

80 Os processos estão sobre rito sumário, então vai ser lido os processos e se por
81 ventura houver algum destaque sinaliza e posteriormente volta para discutir os
82 destaques. **Processo: 2009-030923/TEC/AIMU-0661 - FÁBRICA DE GAZES IND**
83 **AGRO-PROTETORAS FAGIP S/A.** Auto de Infração de multa no valor de no valor
84 de R\$ 15.015,00, no município de Salvador, por dique de contenção sem válvula de
85 bloqueio. O requerente solicitou a substituição da multa por obrigação de fazer. A
86 conselheira relatora foi Leilla Oliveira – FAEB. Na CT Recursal do dia 03 de agosto
87 de 2019 a relatora votou pelo cancelamento da multa, porém não houve consenso
88 dos demais membros, por conta disso a decisão ficou para a plenária. Em plenária
89 no dia 26 julho de 2019 os conselheiros deliberaram pela manutenção da multa.
90 **Processo: 2009-017363/TEC/AIMU-0353- HATUO UEDA.** Auto de Infração de
91 multa no município de Barreiras no valor de R\$ 10.000,00, por intervenção em APP
92 e Reserva Legal. O requerente solicitou o recebimento e provimento do recurso com
93 reconhecimento da prescrição, cancelamento do auto de infração, redução do valor
94 da multa, celebração de Termo de Compromisso ou conversão da multa em
95 prestação de serviços de melhoria ambiental. A conselheira relatora foi Lucidalva
96 Rodrigues – PRISMA votou pela manutenção da multa. Na reunião da CT recursal
97 do dia 04 de maio de 2018 a conselheira Leila pediu vistas do processo, na reunião

132 **BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S/A.** Auto de Infração de multa, no valor de
133 R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), no município de Glória por não atendimento ao auto de
134 infração. O requerente solicitou que seja reconhecida a nulidade do auto de infração.
135 A conselheira relatora Kátia Lima – Seagri, que em reunião da Ct recursal do dia 09
136 de novembro votou pela manutenção da multa. Em plenária no dia 26 julho de 2019
137 os conselheiros deliberaram pela manutenção da multa. **Processo: 2008-**
138 **009909/TEC/AIMU-0687 - ROZENVAM DE SANTANA – ME.** Auto de Infração de
139 Multa no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) no município de CANDEIAS
140 – BA pela empresa não ter recuperado a área degradada deixando de cumprir auto
141 de infração de advertência. O requerente solicitou que seja julgado improcedente o
142 presente processo, declarando nulo o auto de infração. A conselheira relatora foi
143 Kátia Lima – Seagri que em reunião da Ct recursal do dia 09 de novembro votou
144 pela manutenção da multa. Em plenária no dia 26 julho de 2019 os conselheiros
145 deliberaram pela manutenção da multa. **Processo: 2008-007987/TEC/AIAP-0054 -**
146 **ELDER MAURICIO PESSOA DE SOUZA.** Auto de Infração de Apreensão no
147 município de XIQUE-XIQUE por apreensão de madeira/lenha em cerâmica. O
148 requerente solicitou que seja recebida a defesa e arquivada a notificação de
149 homologação. O conselheiro relator foi Luiz Vítor Marsala – CEPEDES, que em
150 reunião da CT Recursal de 09 de agosto de 2018 votou pela manutenção da
151 apreensão. Em plenária no dia 26 julho de 2019 os conselheiros deliberaram pela
152 manutenção da apreensão. **Processo: 2009-015213/TEC/AIIN-0071 - IGARA**
153 **PRODUTOS CERAMICAS LTDA.** Auto de Infração de Interdição no município de
154 Senhor do Bonfim por duas áreas de lavra ilegal de argila para a produção de blocos
155 cerâmicos. O requerente solicitou que: a) Seja recebido o Recurso na forma
156 tempestiva; b) Seja considerada a alegações da recorrente; c) Seja revogada a
157 homologação da interdição temporária. A conselheira relatora foi Kátia Lima-
158 SEAGRI, que em reunião da Ct recursal do dia 09 de novembro votou pela
159 manutenção da interdição. Em plenária no dia 26 julho de 2019 os conselheiros
160 deliberaram pela manutenção da interdição. **Processo: 2011-027568/TEC/AIMU-**
161 **0652 HORA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA.** Auto de infração de multa no
162 valor R\$5.000,00 (cinco mil reais) no município de São Sebastião de Passe por
163 penalidade de multa por efetiva poluição ou degradação ambiental. O requerente
164 solicitou que seja julgado totalmente improcedente o auto de infração. O conselheiro
165 relator Luiz Vítor Marsala – CEPEDES, que em reunião da CT Recursal de 09 de

200 votos. Em plenária no dia 26 julho de 2019 os conselheiros deliberaram pela
201 manutenção da multa. **Processo: 2010-007124/TEC/AIMU-0209 - JOCELIO**
202 **CARNEIRO MORAIS DE RIACHÃO DE JACUIPE.** Auto de infração de multa no
203 valor de R\$ 10.000,01 (dez mil reais e um centavo) no município Riachão do
204 Jacuipe- Ba, por exercer atividade em olaria, sem a devida regularização do órgão
205 ambiental competente. O requerente solicitou a substituição da multa por
206 advertência ou trabalhos comunitários. Teve como conselheira relatora foi Kátia
207 Lima- SEAGRI, que em reunião da Ct recursal do dia 09 de novembro votou pela
208 manutenção da multa com sugestão de conversão em prestação de serviços
209 ambientais. Em plenária no dia 26 julho de 2019 os conselheiros deliberaram pela
210 manutenção da multa. **Processo: 2010-008380/TEC/AIMU-0258- MUNICÍPIO DE**
211 **CONDE/ PREFEITURA MUNICIPAL.** Auto de infração de multa no valor de R\$
212 10.000,00 (dez mil Reais) no município do Conde, por executar extração mineral
213 com licença ambiental vencida. O requerente solicitou o cancelamento da
214 penalidade. O conselheiro relator foi Ruy Andrade – SINDICOM-BA, que em reunião
215 da Ct recursal do dia 03 de agosto de 2018 votou pela nulidade do auto, por
216 prescrição e por pretensão punitiva, porém não houve consenso na Câmara. Em
217 reunião da Câmara em 09 de novembro de 2018 o conselheiro Sérgio pediu vistas
218 do processo. Em plenária de 15 de março de 2019 o processo foi com o voto do
219 relator Ruy Argeu marcando que não houve consenso destacado por Mariana Vidal,
220 havendo 05 votos pela manutenção e 01 voto pela aplicação da prescrição punitiva.
221 Na época o voto vencedor fundamentou-se na ausência comprovada nos autos da
222 hipótese de prescrição da pretensão punitiva, considerando que a constatação da
223 dano ambiental ocorreu em 27.04.10 com a lavratura do RFA em 13.05.10 e a
224 devida notificação do autuado em 08.06.10. Em plenária no dia 26 julho de 2019 os
225 conselheiros deliberaram pela manutenção da multa. **Processo: 2010-**
226 **015961/TEC/AIMU-0622- XILOLITE S/A.** Auto de infração de multa no valor de
227 R\$200.000,00 (duzentos mil reais) no município de Brumado por extração e
228 selecionamento de talco sem licença ambiental de desmatamento. O requerente
229 solicitou o provimento do recurso e arquivamento do auto de infração. A conselheira
230 relatora foi Kátia Lima- SEAGRI, que em reunião da Ct recursal do dia 09 de
231 novembro votou pelo cancelamento da multa, porém na mesma reunião os
232 conselheiros Luiz Vitor e Daniel pediram vistas do processo. Na reunião da câmara
233 de 15 de março de 2019 o voto do pedido de vistas não foi apresentado, sendo

268 seu total quanto a aplicação da multa aplicada de forma parcelada. A conselheira
269 relatora foi Juliana Saback – SDE que em reunião da CT Recursal de 15 de março
270 de 2019 votou pela manutenção da multa. Em plenária no dia 26 julho de 2019 os
271 conselheiros deliberaram pela manutenção da multa. **Processo: 2011-**
272 **023162/TEC/AIMU-0541. GREIF EMBALAGENS INDUSTRIAIS DO BRASIL LTDA.**
273 Auto de infração de multa no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) no município de
274 Simões Filho por operar sem licença. O requerente solicitou a anulação da multa,
275 por vícios formais e materiais insanáveis. O conselheiro relator foi Luiz Vitor Marsala
276 – CEPEDES, que em reunião da CT Recursal de 09 de agosto de 2018 votou pela
277 manutenção da multa. Em plenária no dia 26 julho de 2019 os conselheiros
278 deliberaram pela manutenção da multa. **Processo: 2011-003488/TEC/AIMU-0084-**
279 **EMBASA- EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S/A.** Auto de infração
280 de multa no valor de R\$3.000,00(três mil reais) no município de Salvador- BA, pelo
281 lançamento de esgotamento sanitário sem tratamento ocasionando poluição e
282 degradação ambiental na Lagoa em Narandiba. O requerente solicitou que seja
283 reconhecida a nulidade do Auto de Infração. O conselheiro relator Luiz Vitor Marsala
284 – CEPEDES, que em reunião da CT Recursal de 09 de agosto de 2018 votou pela
285 manutenção da multa. Em plenária no dia 26 julho de 2019 os conselheiros
286 deliberaram pela manutenção da multa. **Processo: 2009-018397/TEC/AIAD-0162 -**
287 **Embasa- Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A.** Auto de Infração de
288 Advertência no município de Morro de Chapéu por operar o Sistema de
289 Abastecimento de Água de morro do chapéu sem a devida licença ambiental. O
290 requerente solicitou que seja reconhecida a nulidade do Auto de Infração. O
291 conselheiro relator Luiz Vitor Marsala – CEPEDES, que em reunião da CT Recursal
292 de 09 de agosto de 2018 votou pela manutenção da advertência. Em plenária no dia
293 26 julho de 2019 os conselheiros deliberaram pela manutenção da penalidade de
294 advertência. **Processo: 2009-030753/TEC/AIAD-0300 - Embasa- Empresa Baiana**
295 **de Águas e Saneamento S/A.** Auto de Infração de Advertência no município de
296 Salvador – BA, por lançamento de esgoto *in natura* para dentro do mar. O
297 requerente solicitou que seja o auto de infração julgado improcedente por não
298 restarem configurados os elementos necessários à responsabilidade administrativa.
299 Teve como conselheira relatora Lucidalva Rodrigues – PRISMA, que em reunião da
300 CT Recursal de 09 de agosto de 2018 votou pela manutenção da advertência. Em
301 plenária no dia 26 julho de 2019 os conselheiros deliberaram pela manutenção da



336 pela manutenção com indeferimento do recurso. Em plenária no dia 26 julho de 2019
337 os conselheiros deliberaram pela manutenção da multa. **Processo: 2007-**
338 **006401/TEC/AIMU-0320 - Concessionária Litoral Norte.** Auto de infração de multa
339 no valor de R\$5.000.00 (cinco mil reais) no município de Camaçari- BA, por não
340 cumprimento de condicionantes da licença ambiental. O requerente solicitou que
341 seja reconhecida a nulidade do auto de infração ou sucessivamente julgado
342 improcedente o auto de infração ou reduzido o valor da multa. A conselheira relatora
343 Mariana Vidal – Sema, que em reunião da CT Recursal de 15 de março 2019 votou
344 pela manutenção da multa. Em plenária no dia 26 julho de 2019 os conselheiros
345 deliberaram pela manutenção da multa.

346 Márcia Telles informou que a pauta de processos foi concluída e daria início aos
347 informes.

348 Marília Gavazza – Secex pontuou que foi encaminhado por e-mail para todos os
349 conselheiros o Edital de publicação da Eleição do Comitê Estadual da Reserva da
350 Biosfera da Mata Atlântica – CERBMA –BA publicado no Diário oficial do dia
351 25/07/2019 e solicitou que os conselheiros divulgassem o período de inscrições para
352 o CERBMA-BA.

353 Maria de Lourdes – Prisma relatou sobre a situação da barragem de rejeitos que vai
354 ser construída na região de Caitité e Pindaí e que vai afetar Guanambi. A barragem
355 de rejeito da Bamin teve a licença do Inema desde 2009 e teve a licença renovada
356 em 2019. Pontuou que desde 2009 a Bamin já está na região e tem provocado
357 impactos nas comunidades dos municípios de Caitité e de Urandi, onde populações
358 já foram retiradas de suas localidades, onde agricultores perderam suas áreas de
359 pastos, pois a Bamin comprou toda a área e não permite mais que aqueles antigos
360 agricultores tenham acesso aquela área. Informou que anteriormente ninguém se
361 preocupava com a construção dessa barragem, porém após as tragédias
362 envolvendo as barragens de Mariana e Brumadinho começou-se a se pensar e se
363 preocupar com a instalação dessa barragem, então foi formado um grupo
364 apartidário, que praticamente 90% da população de Guanambi estão participando
365 deste grupo e do movimento Vidas Sim Barragem Não. Em poucos dias esse grupo
366 já realizou várias ações, inclusive uma caminhada no Centro da Cidade que levou 7
367 mil pessoas em um dia de segunda - feira as ruas e teve uma repercussão nacional,
368 inclusive deputados federais já fizeram requerimentos para a Comissão de Minas e

domínio as áreas de preservação permanente e reserva legal estabelecidas na lei e no relatório de cumprimento de condicionantes. A requerente em 2018 informou que as áreas de preservação permanente e reserva legal é da responsabilidade de domínio da requerente, no entanto a reserva legal representada pela empresa requerente sobrepõe integralmente aos territórios tradicionais das comunidades gerazeiras na margem direita do alto Rio preto por decisão judicial do dia 03 de maio de 2017, confirmada posteriormente pelo Tribunal de Justiça da Bahia, que diz que a posse dessas aéreas são das comunidades mencionadas, portanto não há como o requerente afirmar legal, objetiva e honestamente que tem o pleno domínio e responsabilidade dessas áreas.

José Cajazeira – FIEB pontuou que a Bahia Mineração é uma empresa que vai levar para aquela região progresso e riqueza e salientou que a barragem estará sujeita as avaliações do Inema que é o órgão que tem a capacidade técnica e o dever de avaliar e disse não entender toda preocupação.

Márcia Telles – Inema pontuou no que se refere ao registro feito por Amanda que pelo que se recorda a propriedade total é 93 mil hectares e eles tem uma reserva legal a cima do valor de 20%, e se comprometeu a na próxima reunião trazer todas as informações com relação a Estrondo. Com relação à Bamin é bom pontuar que não existe o que falar que a Sema e o Inema não dão atenção, porque o processo foi um processo complexo de licença ambiental com EIARIMA, e por isso classificado como processo de nível 6 o que detém obrigatoriamente a necessidade de audiências públicas e elas ocorreram na sua integralidade, inclusive as audiências públicas elas tem uma definição por lei, mas a depender da equipe técnica ela pode ser feita com o número superior ao que obriga a lei e foi feita nos diversos municípios tanto da área diretamente afetada, quanto na área indiretamente afetada do empreendimento. Pontuou que sempre percebe que uma das grandes demandas que vem no conselho é pelo próprio desconhecimento da licença e do projeto. O projeto da Barragem da Bamin em nada se assemelha a Barragem de Mariana e de Brumadinho, pois estas possuem um componente construtivo de alteamento a montante e este é um dos processos construtivos que coloca mais riscos, mas ressalva que é plenamente aceito pela política nacional de segurança de barragem, ou seja, não é uma ilegalidade. Significa dizer que a barragem é alteada para receber mais resíduos montante. Já o projeto construtivo da barragem da

468 relatório extremamente importante para identificar a segurança da barragem, houve
469 uma adulteração de uma informação imprescindível para se acompanhar a
470 estabilidade da barragem. Ressaltou que o Inema tem total e absoluta segurança de
471 voltar lá e falar sobre a licença que foi dada.

472 Sérgio Bastos – Sinpeq reforçou que existe uma proposta feita de planejamento do
473 conselho e sugeriu que esta proposta seja trazida na próxima reunião e o objetivo é
474 pautar tudo que o Cepram tem pendente, planejar integradamente o trabalho das
475 câmaras técnicas em prioridade e aprovar na plenária esse planejamento de forma
476 que se tenha as pautas do Cepram até com dois anos de antecedência planejadas e
477 caso entre coisas novas pode ser alterado aquilo que estava planejado, então é uma
478 forma de se trabalhar mais organizadamente.

479 Amanda Silva– ADES dentro do que ocorrer solicitou o pedido de esclarecimento
480 sobre o projeto Nassal Bahia no município de Jaborandi, na Bacia do Rio Arrojado,
481 que é um empreendimento com potencial impacto a bacia, com alta demanda de
482 recurso hídrico e desde 2017 a ADES havia enviado um ofício solicitando
483 informações sobre o processo de licenciamento desse projeto. No início de 2018 foi
484 informado de que o Inema notificou o arquivamento desse processo de licença
485 prévia à empresa Agri Hold, no entanto em abril de 2018 esse mesmo processo saiu
486 publicado no diário oficial a autorização da licença prévia, por conta disso a ADES
487 enviou outro ofício questionando o porque foi arquivado e depois concedida a
488 licença. Como ainda não se teve essa resposta a esse questionamento, solicitou que
489 esse ofício seja respondido.

490 Márcia Telles – Inema esclareceu que este ofício foi respondido. Esse projeto Nassal
491 ele nasceu em 2016, era uma atividade para criação de 258 mil vacas na região,
492 tinha no entorno a perfuração de grande quantidade de poços que agora não
493 recorda e tinha uma captação superficial. Esse processo não se mostrou viável
494 porque a Nassal ela queria empreender dentro de áreas que pertenciam a outras
495 empresas e se recorda que uma delas era a CLC, que teria que autorizar o
496 empreendimento ali, como isso não aconteceu e teve várias situações de negócios e
497 de contratação particular e essa autorização não foi dada ao Inema para que ele
498 pudesse autorizar que uma outra pessoa empreendesse em uma área que não era
499 dela, por conta disso, o processo foi notificado algumas vezes e essa autorização
500 não veio e o processo foi arquivado. A licença posterior a isso não é para esta

34 assessoramento e disse que se enquadra muito bem nos bastidores. Atualmente
35 estava fazendo parte de uma Organização não Governamental através do trabalho
36 voluntário na área de Direitos Humanos, trabalhando com educação, direitos
37 humanos e mediação popular, mas disse que o desafio é novo, porque ainda que
38 atuando com direito público e administrativo a área do meio ambiente é diferente e
39 não se debruçou sobre ela, disse que está em uma fase de aprendizado dos
40 vocabulários, expressões e por isso pediu a compreensão de todos. Registrou que
41 encontrou uma equipe organizada, com quadro enxuto, mas com dedicação, e
42 cuidado. Pontuou que Mariana deixou registros sobre cada colegiado, com suas
43 pendências e teve todo o cuidado de passar para quem chegasse. Esclareceu que
44 só há uma forma de se fazer bem feito, que é passando pela experiência e
45 vivenciando, conteúdo ajuda muito, mas não faz acontecer.

46 Luiz Vitor – IDEIA aproveitou a oportunidade para dar as boas vindas, a nova
47 secretaria executiva em nome da sociedade civil organizada e aproveitando o ensejo
48 para fazer duas cobranças. A primeira questão se refere ao decreto que dar a posse
49 dos conselheiros e isso não aconteceu e os atuais conselheiros por razão da falta
50 desse decreto não têm legitimidade para decidir coisas da posse para cá. E a outra
51 coisa é que na reunião de hoje está em pauta a ata da reunião da 399ª reunião
52 Cepam referente à posse do cepam Biênio 2018/2020, pontuou que as reuniões
53 são bimensais e por conta disso muitas coisas vão se perdendo no tempo e não há
54 como o conselheiro se lembrar do que foi dito a 4 meses atrás, então solicitou a
55 importância das atas não demorem tanto para que sejam apresentadas e
56 posteriormente aprovadas.

57 Jorge Cajazeira –FIEB solicitou que o pessoal da sociedade civil se manifeste com
58 devida brevidade, pois falam demais e muita baboseira e no final perdem muitas
59 coisas importantes que são fundamentais.

60 Márcia Telles – Inema solicitou que o tempo seja utilizado de forma mais racional e
61 objetiva, mas aí conselheiro deve-se tirar o baboseira, pois a instância é para discutir
62 os temas, para a sociedade se manifestar como qualquer outra representação.
63 Então otimizar o tempo, respeitando a fala de cada um. Como primeiro ponto de
64 pauta tem-se a aprovação da minuta da ata.

98 de junho da recursal o processo foi adiado por questões técnicas e em julho e
99 agosto de 2018 o processo foi adiado, na reunião de novembro de 2018, pois Leila
100 não pode comparecer a reunião para apresentar o voto do seu pedido de vistas e
101 por conta disso a CT Recursal decidiu pela manutenção do voto de Lucidalva que foi
102 pela manutenção da multa. Em plenária no dia 26 julho de 2019 os conselheiros
103 deliberaram pela manutenção da multa. **Processo: 2010-021263/TEC/AIMU-0757 -**
104 **COPENER FLORESTAL LTDA.** Auto de Infração de multa no valor de R\$
105 100.000,00 no município do Conde, por supressão vegetal sem autorização. O
106 requerente solicitou que seja julgado improcedente o auto de infração ou redução do
107 valor da multa. O conselheiro relator foi Luiz Vitor – CEPEDES, que em reunião da
108 CT Recursal de 04 de maio de 2018 votou pela manutenção da multa, nesta reunião
109 Leila Oliveira e Sérgio Bastos pediram vistas ao processo; em reunião da câmara
110 em junho o processo foi adiado por questões técnicas; na reunião de julho o
111 processo foi adiado; na reunião de 03 de agosto de 2018 estava aguardando
112 resposta da diligência do voto de Luiz Vitor; em reunião da CT recursal de 09 de
113 novembro de 2018 os conselheiros Leila e Sérgio não apresentaram o voto do
114 pedido de vistas e por conta disso o processo foi para plenária com o voto de Luiz
115 Vitor pela manutenção da multa. Em plenária no dia 26 julho de 2019 os conselheiro
116 Jorge Cajazeira – FIEB pediu vistas ao processo. **Processo: 2007-**
117 **006513/TEC/AIAD-0351 - GERVÁSIO SCHIMITH BERGUE.** Auto de Infração de
118 advertência no município de Itabela, por exercer atividade em imóvel rural sem as
119 necessárias anuências, autorizações, em desconformidade com a legislação
120 ambiental. O requerente solicitou que seja julgado procedente o recurso. Teve como
121 conselheiro Luiz Vitor – CEPEDES, que em reunião da Ct recursal de 03 de agosto
122 de 2018 votou pela manutenção da penalidade. Em plenária no dia 26 julho de 2019
123 os conselheiros deliberaram pela manutenção da penalidade de advertência.
124 **Processo: 2008-006247/TEC/AIAD-0296 - ARLEY FRANCISCO VESCOVI.** Auto de
125 Infração de advertência no município de Teixeira de Freitas por exercer atividade em
126 imóvel rural sem as necessárias anuências, autorizações, em desconformidade com
127 a legislação ambiental. O requerente solicitou que seja julgado procedente o
128 recurso. A conselheira relatora foi Kátia Lima – Seagri, que em reunião da Ct
129 recursal do dia 09 de novembro votou pela manutenção da advertência. Em plenária
130 no dia 26 julho de 2019 os conselheiros deliberaram pela manutenção da penalidade
131 de advertência. **Processo: 2009-006941/TEC/AIMU-0169 - EMBASA – EMPRESA**

166 agosto de 2018 votou pela manutenção da multa. Em plenária no dia 26 julho de
167 2019 os conselheiros deliberaram pela manutenção da multa. **Processo: 2009-**
168 **00368/TEC/AIMU-0019 - PREFEITURA MUNICIPAL DE EUNAPOLIS.** Auto de
169 infração de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) no município de Eunápolis
170 - BA por causar degradação ambiental material grave. O requerente solicitou a
171 anulação do auto de infração. O Conselheiro relator foi Daniel Barreto – GAMBA que
172 em reunião da CT Recursal de 09 de agosto de 2018 votou pela manutenção da
173 multa. Em plenária no dia 26 julho de 2019 os conselheiros deliberaram pela
174 manutenção da multa. **Processo: 2011-013307/TEC/AIMU-0309 - EMANOEL**
175 **MATOS DE OLIVEIRA.** Auto de infração de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil
176 reais), no município de Campo Formoso por Intervenção em cavidade subterrânea.
177 O requerente solicitou o cancelamento da multa ou a sua improcedência. A
178 conselheira relatora foi Kátia Lima- SEAGRI, que em reunião da Ct recursal do dia
179 09 de novembro votou pelo cancelamento da multa, porém na mesma reunião
180 Mariana Vidal – Sema destacou e apresentou voto pela manutenção da multa com
181 possibilidade de celebração de termo de compromisso, como não teve consenso na
182 Câmara foi analisado na plenária os dois votos. Em plenária no dia 26 julho de 2019
183 os conselheiros deliberaram pela manutenção da multa. **Processo: 2010-**
184 **015476/TEC/AIMU-0601- INOCORP CONSTRUTORA E INCORPORADORA**
185 **LTDA.** Auto de infração de multa no valor de R\$10.000,01 (dez mil reais e um
186 centavo), no município de Valença- BA, por contribuir para a Extração irregular de
187 cascalho- Valença. O requerente solicitou que seja declarada a improcedência da
188 multa aplicada. A conselheira relatora foi Kátia Lima- SEAGRI, que em reunião da Ct
189 recursal do dia 09 de novembro votou pela manutenção da multa. Em plenária no dia
190 26 julho de 2019 os conselheiros deliberaram pela manutenção da multa. **Processo:**
191 **2010-010327/TEC/AIMU-0355 POSTO PORTOSECO DE COMBUSTIVEIS LTDA.**
192 Auto de infração de multa no valor de R\$5.020,00 (cinco mil e vinte Reais) no
193 município de Salvador – BA, por Lançamento de água contaminada com produto
194 químico na rede de águas pluviais. O requerente solicitou, por cautela, que, em caso
195 de manutenção do auto, seja retirada a multa aplicada e impondo somente
196 advertência. O conselheiro relator foi Luiz Vitor Marsala – CEPEDES, que em
197 reunião da CT Recursal de 09 de agosto de 2018 votou pela manutenção da multa,
198 porém na mesma reunião o conselheiro Ruy Argeu apresentou voto contrário, por
199 conta disso como não teve consenso na Câmara foi analisado na plenária os dois

assim o processo foi para a plenária com o voto de Kátia sinalizando que não houve consenso na Câmara. Em plenária no dia 26 julho de 2019 o processo foi retirado da pauta para esclarecimentos da equipe técnica do Inema. **Processo: 2010-011727/TEC/AIMU-0413 - Município de Jeremoabo /Prefeitura Municipal.** Auto de infração de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no município de Jeremoabo – BA por não atendimento ao Auto de Advertência nº 2006-004481/TEC/AIAD-0256. O requerente solicitou a reforma da decisão para que não seja aplicada a multa. O conselheiro relator foi Ruy Andrade – SINDICOM-BA, que em reunião da Ct recursal do dia 15 de março de 2019 votou pela nulidade do auto por aplicação da prescrição punitiva que não houve consenso destacado por Mariana Vidal, havendo 05 votos pela manutenção e 01 voto pela aplicação da prescrição punitiva. Na época o voto vencedor fundamentou-se na ausência comprovada nos autos da hipótese de prescrição da pretensão punitiva, considerando que a constatação do dano ambiental ocorreu em 01.06.10 com a lavratura do RFA em 19.07.10 e a devida notificação do autuado em 10.06.13. Em plenária no dia 26 de julho 2019 os conselheiros deliberaram por retirar o processo da pauta para esclarecimentos da equipe técnica do Inema. **Processo: 2009-034998/TEC/AIAD-0370 - CARIVALDO NETO MATOS.** Auto de Infração de Advertência no município de Utinga- BA, por atividade de agricultura sem Licenciamento Ambiental. O requerente solicitou a reforma da decisão. O conselheiro relator foi Ruy Andrade – SINDICOM-BA do dia 15 de março de 2019 votou pela nulidade do auto por aplicação da prescrição punitiva que não houve consenso destacado por Mariana Vidal, havendo 05 votos pela manutenção e 01 voto pela aplicação da prescrição punitiva. Na época o voto vencedor fundamentou-se na ausência comprovada nos autos da hipótese de prescrição da pretensão punitiva, considerando que a constatação de dano ambiental ocorreu em 28.10.09 com a devida ciência do autuado através do auto de infração em campo DIFIS/COFISA nº 692/2009. Em plenária no dia 26 julho de 2019 os conselheiros deliberaram pela manutenção da penalidade e advertência. **Processo: 2010-010648/TEC/AIMU-0369 - TECQUIMICA INDÚSTRIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.** Auto de infração de multa no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais) no município de Dias D'Ávila– Ba, por operar sem Licença Ambiental com agravantes. O requerente solicitou que seja revista a decisão para isentar a empresa do total do pagamento da multa constante na r notificação ou em caso da decisão continuar no

penalidade de advertência. **Processo: 2010-010978/TEC/AIMU-0391 - PETROLEO**
BRASILEIRO S/A- UND. DE OPERAÇÃO DE EXPLORAÇÃO E PROD. DA BAHIA
UO BA. Auto de infração de multa no valor de R\$400.000,01(quatrocentos mil reais
e um centavo) no município de São Francisco do Conde, por derrame de produto
químico. O requerente solicitou que: a) seja presente recurso conhecido,
independentemente da realização de depósito de 30% do valor da multa; b) Provido
em sua integralidade para determinar, consoante as razões apresentadas, a
nulidade do auto de infração; c) Subsidiariamente, caso esse E. Conselho considere
válida a penalidade imposta, que seja reduzido o valor da multa; d) que seja
considerada abusiva a taxa de juros de 22% praticada pelo órgão quando da
atualização do valor da multa. A conselheira relatora foi Lucidalva Rodrigues –
PRISMA, que em reunião da CT Recursal de 15 de março 2019 votou pela
manutenção da multa. Em plenária no dia 26 julho de 2019 os conselheiros
deliberaram pela manutenção da multa. **Processo: 2011-022258/TEC/AIMU-0513 -**
CONDOMINIO ITAPARICA MARINA VILLAGE. Auto de infração de multa no valor
de R\$ 10.000,00(dez mil reais) no município de Itaparica, por Inspeção técnica
efetuada no condomínio Itaparica Village, visando averiguar obras implantadas em
área de APP manguezal, sem a devida autorização do órgão competente. O
requerente solicitou que seja anulada a autuação e a multa e solicita a regularização
da ocupação. A conselheira relatora Mariana Vidal – Sema, que em reunião da CT
Recursal de 15 de março 2019 votou pela manutenção da multa, com possibilidade
de termo de compromisso. Em plenária no dia 26 julho de 2019 os conselheiros
deliberaram pela manutenção da multa. **Processo: 2011-026304/TEC/AIMU-0628 -**
MAC ENGENHARIA LTDA. Auto de infração de multa no valor de R\$5.000,00 (
cinco mil reais) no município de Vitória da Conquista- BA, por atividade de
transporte de produtos perigosos na Bahia sem licença ambiental. O requerente
solicitou o cancelamento da multa. Teve como conselheira relatora Lucidalva
Rodrigues – PRISMA, que em reunião da CT Recursal de 15 de março 2019 votou
pela manutenção da multa. Em plenária no dia 26 julho de 2019 os conselheiros
deliberaram pela manutenção da multa. **Processo: 2011-018760/TEC/AIMU-0450 -**
José Lincoln Oliveira Santana. Auto de infração de multa no valor de R\$2.000.00
(dois mil reais) no município de Antônio Cardoso – BA, por piscicultura sem licença
ambiental. O requerente solicitou o cancelamento da multa. A conselheira relatora foi
Mariana Vidal – Sema, que em reunião da CT Recursal de 15 de março 2019 votou

369 energia e outras comissões do Congresso. Sinalizou que percebeu-se um silêncio
370 do Inema e do Governo do Estado em relação a isso e pontuou que o Inema e a
371 Sema deveriam se importar um pouco mais e verificar tanto esse movimento como
372 dar uma resposta referente a essa barragem de rejeitos da Bamin, inclusive já tem
373 gente se aproveitando politicamente das ações desse movimento Vidas Sim
374 Barragem Não, falando da barragem já pensando nas eleições do ano que vem.
375 Pontuou que a instalação dessa barragem é uma tragédia anunciada, porque uma
376 barragem dessa, uma vez construída maior que mariana e brumadinho e está a cima
377 de uma barragem de água e o leito dela uma vez que venha a romper vai para a
378 barragem de água e consequentemente vai prosseguir para a cidade de Guanambi e
379 vai soterrar toda a cidade, além de ir para o rio São Francisco, pois essa barragem
380 tem dois rios afluentes do rio São Francisco. Outro agravante na construção dessa
381 barragem de rejeito é que ela vai soterrar 26 nascentes e quando se pensa que está
382 em uma área de semi- árido, de seca e soterrar 26 nascentes é uma coisa absurda.
383 Informou também que a OAB subsecção de Guanambi está envolvida no processo e
384 o movimento Vida Sim Barragem Não tem dois grupos um técnico de engenheiros e
385 um técnico de advogados que estão estudando sobre essa barragem. Pontuou que
386 esse movimento é muito sério e disse que a Sema e o Inema deveriam procurar as
387 informações, participar e vê o que está acontecendo em Guanambi, porque na
388 verdade a OAB e o movimento não estão sendo contra a mineração em si, o que
389 não se quer é uma barragem de rejeito que pode soterrar todo mundo amanhã.
390 Depois das tragédias das barragens de Mariana e Brumadinho não é possível que
391 se mantenha a vontade de fazer uma barragem de rejeitos nos moldes tal qual as de
392 Mariana e Brumadinho e nessas barragens nunca se dar 100% de garantia e a
393 legislação ambiental fala do princípio da precaução. Então se sabe que existe essa
394 possibilidade de rompimento da barragem e a legislação prevê o princípio da
395 precaução essa barragem não pode ser feita nos moldes que querem fazer. Solicitou
396 que o Cepam desse algum encaminhamento em relação a isso.

397 Amanda Silva - ADES pediu para registrar que a ADES acionou o Ministério Público
398 questionando a prorrogação da Autorização para Supressão de Vegetação dada ao
399 condomínio Cachoeira do Estrondo na portaria de 22 de maio e que o principal
400 questionamento é que para conceder a prorrogação da autorização o Inema pôs
401 como condicionante que a empresa requerente tenha sobre sua responsabilidade e

435 Bamin é alteamento a jusante, o que significa dizer que ela não utiliza o mesmo
436 resíduo da barragem, mas sim utiliza resíduo neutro, seco, então o alteamento da
437 barragem é a jusante e isso é um componente da engenharia técnica e todas essas
438 informações estão compondo o processo de licenciamento. Explicou ainda que a
439 licença não foi renovada, a primeira licença foi concedida a Bamin não renovou a
440 licença, pois entendeu que não era o momento de extrair o minério, porque o minério
441 queira não queira ele depende do valor do commodities internacional, portanto ele não
442 utilizou a licença anterior, foi aberto um novo processo de licença. Esclareceu que
443 sabe da situação, pois participou do processo de licença com a equipe de
444 licenciamento do Inema que está absolutamente capacitada e tem competência para
445 liberar uma licença desse padrão e todo processo de licenciamento está
446 absolutamente disponível, todas as audiências públicas foram gravadas, é dado
447 tempo a sociedade civil e a todas as representações que estão participando da
448 audiência, então se o empreendimento ele apresenta risco é como todo e qualquer
449 empreendimento tem risco maior ou menor, o que define a caracterização do risco é
450 o porte e potencial da barragem e tudo isso é tratado no processo de licenciamento.
451 Na época que foi publicado o licenciamento da barragem da Bamin o Inema se
452 pronunciou publicamente, através de nota técnica, a qual foi colocada em todos os
453 meios de comunicação e pode trazer para os conselheiros na próxima reunião e
454 como já havia dito também trará na próxima reunião as informações da licença da
455 Bamin e a equipe técnica de licenciamento para prestar todos os esclarecimentos.

456 Maria de Lourdes – Prisma pontuou que tudo que foi colocado, também havia sido
457 colocado na barragem de Mariana e Brumadinho, mas as pessoas só acordaram
458 para a construção da barragem depois do que aconteceu nestas barragens, porque
459 até então as pessoas acreditavam que não haviam riscos, então o movimento Vidas
460 Sim Barragem Não está lutando para que essa barragem não seja construída
461 independente de ser a montante ou a jusante, pois existe risco. Solicitou que o
462 Inema e a Sema leva-se essas considerações e informações sobre as barragem
463 para as comunidades de Guanambi.

464 Márcia Telles–Inema esclareceu que não existe nenhum problema de ir em
465 Guanambi, até porque como havia dito seguiu um processo regular de licença e em
466 nenhum momento foi falado que não teria risco e se for identificado a consequência
467 de Brumadinho pode-se verificar que nesse caso houve uma alteração em um

501 atividade, a licença foi para uma atividade industrial dentro da área da CLC, é como
502 se a empresa CLC dissesse que não autoriza que se crie 250 mil vacas, mas
503 autorizo que você construa na minha área uma indústria para beneficiamento de
504 leite, ou seja, ela vai transformar leite líquido em leite em pó para crianças recém
505 nascidas. Explicou que a licença saiu não nos mesmos moldes da que foi arquivada,
506 saiu apenas uma licença prévia para instalação de uma indústria, que inclusive na
507 época foram solicitados para o funcionamento dessa indústria a abertura de dois
508 poços. Informou que pode também trazer a equipe de licenciamento para esclarecer
509 as dúvidas sobre esse processo. A reunião foi encerrada e ata vai ser assinada e
510 aprovada.

511 **Presidente Cepram em Exercício:** Márcia Telles

512 **Secretaria Executiva:** Miriã Caetano da Silva

513 **Conselheiros presentes:**

514 Ana Livia Cunha Guimarães - SEDUR
515 Ericka Helena Costa Martins - SESAB
516 Jorge Emanuel Reis Cajazeira - FIEB
517 Juçara Leão Tanajura - SINDUSCON
518 Aurinézio Calheira Barbosa - COFIC
519 Sergio de Almeida Bastos - SINPEQ
520 José Luiz Pucci - SINDIMIBA
521 Diogo Assis Cardoso Guanabara - SINDICOM
522 Antonio Python Barreto Netto - SINDALIMENTOS
523 Walter Schimmelpfeng - FECOMERCIO
524 Benedito Vieira dos Santos - SICOMERCIO
525 Ruy Argeu do Amaral Andrade - SINCOFARMA
526 Alessandra Terezinha Chaves Cotrim Reis - AIBA
527 Ricardo Borges Cunha - Sindicato Rural de Camacã
528 Wilson Galvão Andrade - ABAF
529 José Roberto Pedreira Franco Celestino - ABES
530 Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho - Comunidades Quilombolas
531 Danillo Libarino Assunção - SINDAE
532 Severino Soares Agra Filho - UFBA
533 Luiz Vitor Ernesto Marsala - IDEIA
534 Amanda Santos Silva - ADES
535 Maria de Lourdes Silva Rodrigues - Proteção Revitalização Integrada
536 Osvaldina Rocha dos Santos - Associação Flora Brasil